

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PADRÃO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A DÉCADA 1980.

FEW CONSIDERATIONS ON CHANGES OCCURRED IN POPULATION GROWTH PATTERN IN 1980s

George Henrique de Moura Cunha¹, Regina Maris Pinheiro D'Azevedo², Rogério Boueri Miranda³

1. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires. Goiás, Brasil.

2. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de La Plata. Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires. Goiás, Brasil. reginaadm@uol.com.br

3. Bacharel em Ciências Econômicas. Doutor em Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA). Distrito Federal, Brasil.

RESUMO

Neste artigo, abordaremos a questão as alterações no padrão de crescimento da população brasileira em meados do século XX, configurando-se em uma transição demográfica. Este processo está vinculado fortemente a dois movimentos temporalmente defasados: o primeiro, traduz-se na tendência da queda da taxa de mortalidade, iniciada a partir da década de 1940; e o segundo, verificado a partir da década de 60, marcado pela queda da taxa de natalidade.

Descritores: Demografia; Natalidade; Fecundidade.

ABSTRACT

In this article, we will address the issue of changes in the pattern of growth of the Brazilian population in the mid-twentieth century, forming a demographic transition. This process is strongly linked to two movements that are temporarily out of phase: the first is a trend towards a drop in the mortality rate, which began in the 1940s; and the second, since the 1960s, marked by the fall in the birth rate.

Descriptors: Demography; Birth rate; Fertility.

Como citar: Cunha GHM, D'Azevedo RMP, Miranda RB. Algumas considerações sobre as alterações ocorridas no padrão de crescimento da população brasileira durante a década 1980. Rev Inic Cient Ext. 2018; 1(Esp.4): 347-56.

INTRODUÇÃO

Vale ressaltar, de início, que ao conjugar a distribuição de renda com variáveis demográficas, constata-se que a queda na taxa de fecundidade ocorreu de forma mais intensa nas famílias de renda mais baixa e de forma menos expressiva entre os grupos de maior rendimento. Para os mais pobres, as taxas de fecundidade são mais elevadas, como consequência dos seguintes fatores: a crença de que a formação de uma prole numerosa seja garantia de uma velhice mais confortável, a necessidade de mais braços como mão-de-obra familiar, e o desconhecimento de técnicas anticoncepcionais.

O primeiro ponto está associado ao fraco acesso, por parte dos mais pobres, aos benefícios da previdência e assistência médicas. Vale destacar que, até recentemente, as pessoas que não contribuíam para a Previdência estavam privadas de beneficiar-se dos serviços públicos, quadro que foi alterado a partir da Constituição de 1988. O segundo, retrata principalmente a realidade das zonas rurais, onde a necessidade de uma mão-de-obra adicional nas lavouras e a crença de que filhos representam, como citado, de uma velhice segura, influência de certo modo, as famílias terem uma prole numerosa; finalmente, o terceiro, que é um retrato do baixo nível de instrução da população. Adiciona-se a esse processo, a crença, por parte das camadas sociais mais baixas, de que o número de filhos está associado a virilidade. O fator renda é um elemento de grande significação para as decisões do casal de ter ou não filhos. Para as famílias de menor poder aquisitivo, principalmente nas áreas rurais, mais crianças representam um maior número de braços na lavoura. Uma quantidade grande de crianças, associada ao baixo poder aquisitivo da família, relega aos seus membros reduzidas condições de frequentar uma escola, e dessa forma ficam privados de obter empregos de maior remuneração. Para as famílias de poder aquisitivo mais elevado, não pesa a necessidade de mais filhos para garantir o sustento, mas traduz-se em maiores recursos disponíveis para oferecer uma educação de maior qualidade, tomando seus membros mais aptos para exercerem tarefas e funções que mais remunerem melhor.

Em 1980, a taxa média de fecundidade para o Brasil era de 4,35 filhos por mulher. Quando desagregadas estas informações por estrato de renda, é possível ver claramente o impacto da remuneração sobre a decisão familiar de maternidade. Para as famílias cujo rendimento mensal não superava um salário mínimo, era de 5,9 filhos; de um a três salários mínimos era de 4,8 filhos por mulher, para as famílias de classe de renda de mais de 10 salários mínimos caía para apenas 2.

Durante os anos 80, o padrão de crescimento da população apresentou significativas mudanças. Essas alterações e suas implicações trazem, a médio e a longo prazo, profundas implicações sobre o mercado de trabalho, bem como para toda economia. Por exemplo: a diminuição gradativa das taxas de fecundidade pode, de um lado, representar, para o futuro, uma necessidade bem menor por novos investimentos. Em outras palavras, uma demanda adicional por novas escolas, hospitais, creches, e infraestrutura básica, inferior. Por outro lado, uma queda na taxa de crescimento da população, pode representar uma quantidade menor de novos postulantes aos postos de trabalho e, conseqüentemente, uma menor necessidade de geração de empregos. Há de ressaltar que a redução do crescimento populacional impactou, de forma positiva, sobre o mercado de trabalho, à medida que a quantidade adicional de novos ingressantes era reduzida.

A importância destas transformações pode ser vista de duas formas: a curto prazo, seus efeitos são menos perceptíveis¹, porém, com um prazo de maior duração, sua dinâmica é fundamental na definição das condições sociais da população, e isso se reflete na evolução da economia, definindo níveis de renda e, por diversas maneiras complementares, condiciona a situação social da população.¹

Com base no último censo demográfico de 1991, afirma que: "atualmente não somos mais um país de jovens e adolescentes, mas uma nação que caminha para o

¹ Decorre algum tempo para que a redução das taxas de fecundidade tenha um certo impacto no mercado de trabalho.

envelhecimento e amadurecimento, e dessa forma alterando o perfil da faixa etária de sua população".¹ O processo de envelhecimento da população pode ser originado de duas formas: a primeira, diz respeito à redução do ritmo de crescimento da população; a segunda, por meio do aumento da expectativa de vida decorrente principalmente da melhoria das condições de vida. Pode-se notar que os impactos são mais fortes quando a redução nas taxas de crescimento das faixas etárias de jovens e adolescentes é maior que o acréscimo das expectativas de vida. O resultado líquido destes movimentos é sentido em um futuro próximo e, dependendo da magnitude, repercutirá na demanda de gastos necessários para a previdência e assistência médica à população de maior idade. Deve-se salientar que essas mudanças, a longo prazo, requerem investimentos adicionais maiores para a terceira idade, cujo peso econômico é bem menor². Assim, tais resultados permitem antever graves problemas para o governo, a longo prazo, para manter os gastos com assistência médica para este segmento populacional, pois os custos de assistência aos idosos são mais elevados quando comparados aos demais grupos etários.^{2,3}

Cabe indagar aqui pelos principais fatores que determinaram a mudança do padrão de crescimento da população brasileira nos últimos anos? As respostas a estas perguntas seguem por várias direções. Entre elas, pode-se citar: a crescente urbanização e metropolitização, o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho e a estratégia de sobrevivência das famílias frente à redução do seu poder de compra. Estes serão alguns dos caminhos a serem investigados, neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evolução da Fecundidade³ nas décadas anteriores

A taxa de fecundidade total expressa o número médio de filhos por mulher. Caso sejam mantidas as taxas específicas de fecundidade por idades vigentes em dado momento, crescimento sem controle da população acarreta graves consequências para a manutenção do bem-estar da sociedade.⁴ Malthus, por sua vez, já alertava para os possíveis riscos que a superpopulação ocasionava, quando a oferta de alimentos não acompanha a demanda. Para Malthus a escassez de alimentos levaria a uma fome é um fator inevitável. Todavia, o que não considerava em sua análise era a questão do aumento da produtividade. Um bom exemplo disto está na Revolução Verde⁴ verificada a partir da Segunda Grande Guerra. Porém, embora as inovações tecnológicas tenham permitido aumentar a produtividade da agricultura, sempre haverá um limite a ser alcançado. Nesta seção, procura-se mostrar como se deu a evolução das taxas de fecundidade brasileira nas últimas décadas.

A tabela 1 descreve o comportamento das taxas de fecundidade no Brasil entre 1950 e 1980. O que se mostra de forma bem clara nesta tabela é a redução no tamanho da família brasileira, de um pouco mais de seis filhos por cada unidade familiar em 1950, para um pouco mais de quatro em 1980. Em linhas gerais, podemos observar uma enorme disparidade regional associada ao grau de desenvolvimento econômico. Em 1950, por exemplo: a média de filhos gerados por cada mãe era 6,2. Na amostra apresentada, as informações provenientes do Rio de Janeiro apontavam a menor taxa (4,2 filhos por mãe); enquanto que na região Nordeste este número alcançava o patamar de uma mãe ter 7 filhos em média.

Estes resultados, quando comparados com os de outros países que realizaram algum controle ou planejamento oficial, são considerados significativos. Neste sentido, o padrão de redução verificado no Brasil se destaca pela ausência de

² O peso econômico torna-se maior, à medida que a população se retira do mercado de trabalho passando a usufruir dos benefícios da previdência social.

³ Refere-se à capacidade de as mulheres gerarem filhos.

⁴ O termo Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países.

qualquer ação oficial nesta área, entretanto, deve-se levar em conta que existe uma prática não oficial de apoio à esterilização, que consiste na proliferação, principalmente nas áreas mais pobres, de operações de laqueadura⁵.

Tabela 1-Brasil e regiões estimativas das taxas de fecundidade total (1950, 1960,1970 e 1980)

Regiões\Anos	Taxa de fecundidade total			
	1950	1960	1970	1980
Amazônia	6,9	7,3	8,1	6,4
Nordeste Setentrional	7,0	7,0	7,3	6,8
Nordeste Central	7,9	7,7	7,8	5,8
Nordeste Meridional	6,9	7,3	7,6	6,2
Leste	7,2	6,8	6,5	4,3
Rio de Janeiro	4,2	4,0	4,0	2,9
São Paulo	5,6	5,1	4,2	3,2
Paraná	5,9	5,9	6,5	4,1
Extremo Sul	6,2	6,2	5,1	3,3
Centro-Oeste	6,2	6,4	6,6	4,5
Brasil	6,5	6,3	5,8	4,3

Fonte: Martine et al (1994)

A redução das taxas de crescimento da população não deve ser atribuída às forças de mercado, mas à tendência de diminuição de números de filhos por toda a sociedade, iniciada a partir da década de 60.⁵ Este esforço provavelmente vem a ser alimentado, na última década, pela crise econômica, e, portanto, para os autores, o fenômeno tomou-se irreversível, quando se observa as taxas entre 1950 e 1980. De 1940/50 para 1950/60 cresceu 29,4%; de 1950/60 para 1960/70 reduziu 4,9%; de 1960/70 para 1970/80 diminuiu 14,2%; e de 1970/80 para 1980/91 verificou-se uma queda de 22,20 o. Entretanto, deve-se ressaltar que os impactos da diminuição da fecundidade sobre o crescimento populacional podem ser compensados com uma maciça imigração. O que, no entanto, não ocorreu nos anos 80.

Tabela 2- Brasil -Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, segundo as grandes regiões (%).

Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
1940/50	2,35	2,30	2,23	2,11	3,19	3,30
1950/60	3,04	3,40	2,12	3,11	4,14	5,45
1960/70	2,89	3,47	2,40	2,67	3,45	5,60
1970/80	2,48	5,02	2,16	2,45	1,44	3,99
1980/91	1,93	4,06	1,82	1,76	1,38	2,99

Fonte:IBGE: Estatísticas Históricas do Brasil e Censo Demográfico 1991:indicadores sociodemográficos

Uma outra consequência da redução das taxas de fecundidade está no envelhecimento da população. Os dados da tabela 3 corroboram com esta afirmação, de um lado elas apontam para a redução da participação total das faixas etárias de 0 a 19 anos de idade, de 53,7% em 1970, para 50,1% em 1980 para 46,6% em 1991. Por outro, eles também indicam um crescimento da população com mais de 60 anos de idade, de 5,0% em 1970, para 5,7% em 1980 e 6,7% em 1991.⁵

A razão de dependência, que é a relação entre o somatório da população menor de 15 anos e a de mais de 65 anos dividida pela população entre 15 a 65 anos de idade, tem decaído nas últimas duas décadas. Em 1970 esta taxa era de 84,16%, caindo para 75%, até chegar em 1991 a 66,67%. Em outras palavras, a população em idade de trabalhar está mantendo, cada vez menos pessoas. Estes dados sinalizam um grave problema para o Governo Federal, no que concerne a

⁵ Consiste, basicamente na ligação das Trompas de Falóquio.

saúde financeira do seu sistema previdenciário⁶.

O processo de envelhecimento da população brasileira tem-se acelerado. O Brasil caminha para não ser mais um país de jovens. Um bom exemplo disso está na participação dos idosos no total de inativos. Em 1970, este grupo representava 6,8% do total. Em 1970, era 9,3% e em 1991, havia alcançado um patamar de 12,1%.

Tabela 3- Brasil distribuição etária da população (%)

Grupos de idade	1970	1980	1991
00-04	15,5	15,5	14,3
05-09	14,4	14,4	12,6
10-14	12,7	12,7	11,9
15-19	10,9	10,9	11,3
20-24	8,8	8,8	9,6
25-29	6,9	6,9	7,9
30-34	6,0	6,0	6,4
35-39	5,4	5,4	5,3
40-44	4,9	4,9	4,8
45-49	3,8	3,8	3,9
50-54	3,2	3,2	3,4
55-59	2,5	2,5	2,6
60-64	1,9	1,9	2,0
65-69	1,3	1,3	1,7
70 e +	1,8	1,8	2,3
Total	100	100	100

Fonte Martine (1994)

Principais fatores condicionantes da mudança de padrão

Durante a década de oitenta e nas duas décadas anteriores, o Brasil vem experimentando uma significativa queda nas suas taxas de fecundidade. Estas mudanças ocorreram, quase que simultaneamente, em todas as camadas sociais, tanto no meio urbano como no rural. Segundo o estudo as repercussões das transformações ocorridas na estrutura social não se deram de forma uniforme para todos os segmentos populacionais.⁷ A queda da fecundidade deve-se, principalmente, a fatores específicos a cada segmento populacional, questão que este estudo não deverá considerar-se inativo aqueles fora da faixa etária de 15 a 65 anos de idade abordar. Em linhas gerais, sua redução pode ser decorrente de duas explicações: primeiro, pode ser creditada ao uso de anticoncepcionais; e segundo, a fatores socioeconômicos.

Com relação ao primeiro fator, a desaceleração do crescimento da fecundidade deve-se às dramáticas modificações no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras, as quais, no curto prazo de trinta anos, modificaram profundamente seus hábitos. Esta redução ocorreu graças ao uso intensivo de métodos anticoncepcionais modernos e eficazes - pílulas e operações de laqueadura tubária (Tabela 4), a mudanças ocorridas nas relações familiares e ao papel da mulher na sociedade. Com relação ao segundo motivo, trataremos de discutir este assunto na próxima subseção.

⁶ O regime previdenciário brasileiro é baseado na partição. Neste modelo as gerações atuais contribuem para sustentar das despesas das gerações anteriores.

Tabela 4- Brasil: Práticas anticonceptivas das mulheres de 15 a 54 anos que evitam filhos, 1986

Grande Regiões	Tipo de método					Total ⁸	Taxa de Utilização ⁹
	Ligadura tubária	Pílula	DIU	Vasectomia	Outros ⁷		
Nordeste	49,16	35,57	1,09	0,32	13,86	100,00	27,92
Sudeste	16,08	58,25	1,83	2,17	21,67	100,00	47,23
Sul	28,62	55,61	1,75	1,00	13,02	100,00	45,95
C. Oeste	63,68	27,64	0,66	1,28	6,74	100,00	44,61
Brasil	41,32	42,23	1,29	1,18	13,98	100,00	38,65

Obs.:(1) DIU: dispositivo intrauterino; (2) Exclusive as mulheres da zona rural da região Norte

Fonte: IBGE e Duchiate (1995)

A inserção da mulher no mercado de trabalho

Durante muitos anos, a economia brasileira manteve seguidas taxas de elevado crescimento econômico. O país avançava seu desenvolvimento baseando-se no Modelo de Industrialização por Substituição de Importações, nos quais capitais externos financiaram, em grande parte, nossa economia como também os déficits comerciais.

Com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, o país mergulhou em um ciclo de altas taxas de crescimento, sendo denominado pela literatura como "milagre econômico". As duas crises do petróleo, 1973 e 1979, repercutiram diretamente na economia nacional. Na primeira, fomentou-se um debate sobre a necessidade de a economia brasileira passar por um ajuste frente às restrições externas. A resposta do governo fora o lançamento de um ambicioso Plano de Desenvolvimento Econômico, o II PND, que postulava suplantar os pontos de estrangulamento a médio e longo prazos. Ressalte-se que, neste mesmo período, havia recursos externos baratos e abundantes, destinados a financiar o II PND, provenientes principalmente, dos países exportadores de petróleo. Passou-se, então, de forma acentuada, a financiar grande parte do crescimento da economia brasileira, às custas do endividamento externo¹⁰.

Com a segunda crise do petróleo, altera-se profundamente o cenário mundial. Esgotam-se as fontes externas de financiamento, conduzindo o país ao estrangulamento de sua capacidade de importação. Por outro lado, parte das Instituições credoras passou a exigir, naquele momento, o resgate dos empréstimos realizados, dessa forma agravando mais a situação. Frente a esta conjuntura, o Brasil ajusta a economia, desvalorizando sua moeda e restringindo suas importações, adotando uma política monetária austera e uma política de cortes nas suas despesas. O resultado, foi a formação de superávits comerciais destinados, principalmente, a honrar os compromissos externos assumidos. Contudo, o preço pago pelo país ao longo da década foi a estagnação da economia, crescimento da inflação e o desequilíbrio das contas públicas.

Com a recessão iniciada em 1981, escasseia a quantidade de novos postos de trabalho gerados pela economia, bem como são extintos vários dos já existentes. Neste cenário recessivo, a renda dos assalariados é comprimida, agravando as condições de vida e da distribuição da renda. Para fazer frente à queda do padrão de vida, cada vez mais novos membros das famílias são induzidos a ingressar no mercado de trabalho. Neste processo, as mulheres, e particularmente as esposas, são incorporadas, de forma mais acentuada, à população economicamente ativa.

A forma de inserção da mulher no mercado de trabalho não é igual a dos

⁷ Outros métodos: diafragma, espermicida, preservativo, interrupção do ato, abstinência, tabela, Billings ou muco vaginal e demais métodos

⁸ Total de mulheres de 15 a 54 anos que declaram utilizar métodos para evitar filhos.

⁹ Percentual das mulheres que evitam filhos, também por ligadura ou vasectomia, sobre o total de mulheres de 15 a 54 anos

¹⁰ Para mais informações ver Barros de Castro (1985)

homens, existem diferenças significativas quanto comparamos as taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, com relação aos homens e à idade. A forma como a mão-de-obra masculina ingressa no mercado de trabalho ocorre de forma gradativa, ao longo do tempo¹¹, a medida que vão atingindo a maturidade. Com relação à mulher, isso ocorre de forma diferente: esta costumava apresentar, até a metade da década de 80, altas taxas de participação até os 24 anos, para em seguida começarem a declinar coincidindo com o matrimônio e a geração de filhos.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho desempenhou um papel fundamental na queda das taxas de crescimento populacional. Por um lado, em virtude das dificuldades das famílias, principalmente as mais pobres, de manterem uma prole numerosa. Por outro, segundo um estudo mostra que o fato de as mulheres de renda mais baixa passarem a trabalhar fora de casa toma-se um elemento a mais para dificultar a criação dos filhos. Além do mais, a própria¹² gravidez aumenta a possibilidade de perda do emprego¹³.⁸ Tais fatores impactam negativamente no mercado de trabalho feminino, colocando a posição das mulheres em uma condição desfavorável.

Deve-se levar em conta que a quantidade de filhos gerados por mulheres de baixa renda é, em grande parte, um elemento substancial para explicar o aumento populacional. Podemos supor, então que sua redução terá impactos negativos sobre o crescimento, e dessa forma, tomará menores as demandas por investimentos futuros na área social, habitacional, e infraestrutura, áreas nas quais estes investimentos são mais necessários às populações mais pobres.

Com base nas Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio -PNAD, confirmou a tendência manifestada nas últimas décadas, de redução do tamanho médio das famílias de 4,5 para 4,2, entre 1981 e 1987, tanto nas zonas urbanas (de 4,3 em 1981 para 4,1 em 1987) quanto nas rurais (de 5,1 em 1981 para 4,7 em 1987).⁹

A tabela abaixo, revela uma tendência de redução do tamanho médio da família à medida que o nível de renda per capita é aumentado. Ressalta-se que as famílias mais pobres costumam exercer um menor controle sobre o número de filhos do que as de maior poder aquisitivo, entretanto é justamente neste segmento populacional onde a redução é mais intensa, enquanto que nas faixas de renda mais elevadas o número de filhos permanece estável. Para a autora, isto se justifica porque o processo de redução de filhos, nas famílias de maior poder aquisitivo, se deu em anos anteriores.⁹

Tabela 5- Brasil: tamanho médio das famílias residentes em unidades domésticas: por renda mensal per capita

Anos	Classes de rendimento médio mensal (Salário mínimo)					
	Total	até ¼	de ¼ a ½	+ de ½ a 1	+ de 1 a 2	+ de 2
1981	4,5	5,8	5,0	4,4	4,0	3,5
1987	4,2	5,3	4,5	4,2	3,9	3,5

Fonte: Branco (1989), p. 21b

Os mesmos resultados são encontrados nos dados da PNAD de 1984. Com base nestas informações, verificou-se que na zona rural, as famílias cujo rendimento mensal não supera menos de 1 salário mínimo, possuem as mais elevadas taxas de fecundidade, de 7,31 filhos por mulher. Resultado oposto é apresentado nas famílias urbanas com renda superior a 5 salários mínimos, com 1,91 filho por mulher. Pode-se concluir assim, que a taxa de fecundidade é uma função decrescente do aumento da renda¹⁴.⁹

¹¹ A medida que aumenta sua idade, aumenta a quantidade de homens dispostos ao trabalho.

¹² A gravidez é um fator de risco para o emprego, pois muitas empresas oferecem restrições à contratação de mulher grávida.

¹³ As empresas privilegiam a contratação de mulheres que utilizam práticas anticoncepcionais, em vista dos custos relativos à manutenção de mão-de-obra, quando em condição de gestantes.

¹⁴ Vide tabela 2.6

TABELA 6 - Brasil taxa de fecundidade total, por situação de domicílio, segundo a classe da renda familiar: 1984

Classes de Famílias em SM	Taxa de Fecundidade		
	Total	Urbana	Rural
0 a 1	5,85	4,73	7,31
1 a 2	5,04	4,58	6,6
2 a 3	3,61	3,34	4,17
3 a 5	2,94	2,75	3,77
+ de 5	1,98	1,91	2,42

Fonte. IBGE; Resultados preliminares da PNAD 1984.

Para anos mais recentes, um estudo com base na PNAD de 1989, sobre as características das famílias por extrato da distribuição de renda, mostrou que, de igual forma, há uma correlação inversa entre o rendimento médio da família e o número de filhos.¹⁰

Aumento das taxas de urbanização da População Brasileira

O fenômeno da urbanização no Brasil foi marcado pelo surgimento das áreas metropolitanas (tabela 7). As nove regiões instituídas englobaram, na data de sua criação, 117 municípios ou 3% dos municípios do país, abrigando o equivalente a 42 milhões de habitantes em 1991. Observa-se, entre 1970 e 80, que a taxa de crescimento populacional da maioria das metrópoles foi superior à média nacional, com os fluxos migracionais convergindo para estas cidades, inchando e agravando as condições sociais da população, em particular as de baixa renda. Vale ressaltar que nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, os níveis de crescimento foram menores que a média nacional, não significando, entretanto, que seus problemas tenham diminuído. São nos núcleos periféricos onde é encontrada a maior parte dos pobres e indigentes, bem como, onde os serviços públicos oferecidos são, geralmente, de qualidade inferior e mais escassos. Entretanto, é nas regiões periféricas destas cidades onde o ritmo de crescimento tem sido mais elevado, indicando um processo de inchamento destes núcleos.

TABELA 7- Brasil - regiões metropolitanas - núcleo e periferia - taxa geométrica anual 1970 a 1991 %.

Regiões Metropolitanas		1970-80	1980-91
Belém	Total	4,30	2,67
	Núcleo	3,95	2,67
	Periferia	11,33	2,67
Fortaleza	Total	4,30	3,45
	Núcleo	4,30	2,73
	Periferia	4,30	6,35
Recife	Total	2,74	1,81
	Núcleo	1,24	0,66
	Periferia	4,61	2,89
Salvador	Total	2,74	1,81
	Núcleo	4,08	2,90
	Periferia	6,53	4,20
Belo Horizonte	Total	4,64	2,60
	Núcleo	3,73	1,98
	Periferia	6,95	4,97
Rio de Janeiro	Total	2,44	0,82
	Núcleo	1,82	0,43
	Periferia	3,38	1,34
São Paulo	Total	4,46	1,73
	Núcleo	3,67	1,00
	Periferia	6,34	3,08
Curitiba	Total	5,78	2,91
	Núcleo	5,34	2,11
	Periferia	6,95	4,65
Porto Alegre	Total	3,80	2,55
	Núcleo	2,43	1,05
	Periferia	5,35	3,83

Total R. Ms	Total	3,79	1,88
	Núcleo	3,15	1,28
	Periferia	5,11	2,96

Fonte: Martine (1992)

Durante a década de 80, o crescimento médio anual da população nas regiões metropolitanas reduziu-se para 1,88%, comparado ao crescimento de 3,79% registrado no período de 1970 a 1980. Nestas duas décadas, as regiões periféricas foram as principais responsáveis pelo crescimento do país: enquanto que na década de 70 o núcleo apresentava um crescimento de 3,15% a.a., nas periferias este percentual foi de 5,11% a.a., taxas que caem na década seguinte para 1,26% a.a. no núcleo e para 2,96% a.a. na periferia.¹

Entretanto, permaneceram elevadas as taxas de crescimento nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, particularmente nas áreas localizadas na periferia.

Durante os anos 80, a estagnação da economia pode ser uma explicação importante para a diminuição da tendência de explosão populacional nas metrópoles brasileira.⁴ Nesse sentido sugere, com base nos resultados preliminares do censo de 1991, um novo padrão de urbanização mais equilibrado. Para o autor, os fatores que podem explicar esta passagem decorrem, principalmente, do processo de desconcentração industrial, iniciado na Região Metropolitana de São Paulo na década de 70, em conjunto com a recessão dos anos 80 e o aumento do número de cidades de porte médio capazes de absorver a mão-de-obra imigrante^{15,1}

CONCLUSÕES

O aumento da redução do ritmo de crescimento da população brasileira durante a década de 80, ao passar para um padrão próximo ao apresentado pelos países industrializados, repercutiu, de certa forma, na atenuação dos problemas sociais ocasionadas pela estagnação da economia. Deve-se ressaltar que os impactos do crescimento populacional sobre a sociedade podem ser discutidos a partir de três tipos de grupos sociais. O primeiro é formado por crianças e adolescentes; o segundo constitui o mercado de trabalho, ou seja, são os trabalhadores com mais de 10 anos de idade; e terceiro, é formado por trabalhadores aposentados e inativos.

A redução do crescimento populacional afeta estes três grupos da seguinte forma. Em primeiro lugar, com a diminuição relativa do número de crianças e adolescentes em idade escolar, são reduzidos parte dos gastos com educação; em segundo lugar, o mercado de trabalho terá uma menor oferta relativa de trabalhadores; e finalmente os gastos com previdência serão aumentados à medida que cresce a população idosa.

Assim, ameaça de explosão populacional deixou de ser unia questão emergente, de modo a aliviar as atribuições do governo na criação e manutenção de sua infraestrutura social. Nesse sentido, caberá ao governo maior atenção na garantia aos brasileiros de uma melhor qualidade dos serviços governamentais.

¹⁵ Na década de 60, existiam 19 cidades com mais de 100.000 habitantes que representavam 4,8% da população total. Nos anos 90, este número aumenta para 60 cidades e sua participação cresce para 9,6%.⁵

REFERÊNCIAS

- 1- Martine G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: Instituto Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para discussão n^o 329, janeiro; 1994.
- 2- Alves EL, Soares FV. **Ocupação e escolaridade: tendência recentes na Grande São Paulo**. Brasília. IPEA. Texto para Discussão n^o 428, 1996.
- 3- Veras RP, Alves MIC. **A população idosa no Brasil: considerações acerca do uso de indicadores de saúde**. In: Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80. São Paulo, 1995. p. 320-37.
- 4- Duchiadé M, Minayo MCS. **População brasileira: um retrato em movimento**, Os muitos brasis: saúde e população na década de 80. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995. p.177-244.
- 5- MARTINE G, Magno CJA, Arias A. **Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social**. Brasília: Instituto Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para discussão n^o 345, julho; 1994.
- 6- Brasil. **Indicadores sociodemográficos: grandes regiões e Unidades da Federação**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1991.
- 7- Wood CH, Magno CJA. **Demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, série PNPE,27, 1994.
- 8- Macedo CV. **O trabalho feminino e suas possíveis implicações sobre o crescimento demográfico**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Políticas de População e Desenvolvimento - CEPPD, 1985.
- 9- Branco He. **Família: indicadores sociais**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.1986.p.1-28.
- 10- Ramos Lauro, Soares AL. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. São Paulo: Revista de Economia Política.1996; 15 (3): 84-96.

Recebido em: 10/08/2018
Aceito em: 20/10/2018